



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020

As Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial, a fim de tornar mais transparentes os dados contidos nos Balanços e Demonstrativos elaborados por essa Universidade, referentes ao exercício de 2020.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Universidade Estadual de Campinas, criada pela Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, alterada pelas Leis n.º 9.715, de 30 de janeiro de 1967 e 10.214, de 10 de setembro de 1968, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma entidade autárquica estadual de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Constitui-se como uma entidade de direito público, regida pelo princípio da autonomia institucional, normativa, científica, pedagógica, metodológica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e de recursos orçamentários e patrimoniais, que tem por finalidade: ministrar o ensino universitário e pós-graduado; promover a pesquisa pura e aplicada; e formar e treinar técnicos de nível médio e superior.

Em 2020, a Universidade contava com 37.670 alunos matriculados em 65 cursos de graduação e 158 programas de pós-graduação e mais de 3.280 alunos matriculados em 36 cursos de ensino técnico, em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira.

Os subsídios para a sua operação durante o exercício foram obtidos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (em função do percentual de 2,1958% da arrecadação do ICMS, conforme Decreto nº 29.598 de 02 de fevereiro de 1989), de convênios com instituições nacionais e internacionais, além de receitas próprias da Universidade e, especialmente em 2020, de doações recebidas para o combate à Pandemia do Coronavírus – COVID 19.

SISTEMA CONTÁBIL

A Universidade, enquanto autarquia pública do Estado de São Paulo, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) como sistema contábil.

O SIAFEM/SP é um sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), customizado para atender aos estados e municípios. É utilizado para otimizar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, de forma integrada, minimizando os custos, proporcionando maior transparência, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, facilitando assim a apreciação de contas do Governo pelos Órgãos de Controle Interno do Poder Executivo e de Controle Externo representados pela Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas.

O SIAFEM/SP foi instituído pelo Decreto Estadual nº. 40.566 de 21 de dezembro de 1995 e possibilita processar, em tempo real, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das entidades da Administração Estadual Direta e Indireta.

Desde 2014, o SIAFEM/SP passa por diversas atualizações para aderir ao novo Plano de Contas, Tabela de Eventos e Roteiros Contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Conforme Decreto Estadual nº 60.812 de 30 de setembro de 2014 compete à Contadoria Geral do Estado (órgão integrante da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo) manter e aprimorar o SIAFEM/SP para a contabilização dos atos e fatos da gestão dos responsáveis pela



execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, além de coordenar, organizar, normatizar e orientar os serviços de contabilidade pertinentes aos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado.

Dessa forma, a Contabilidade da Universidade atende às normas e procedimentos contábeis alinhados às orientações da Contadoria Geral do Estado e aos recursos por ela disponibilizados, principalmente, através do SIAFEM/SP.

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial à Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, à Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, aos Princípios de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCASP), ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (MCASP) e demais disposições normativas vigentes.

A partir do exercício de 2014, a Universidade, juntamente com o Estado de São Paulo, adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, e vem implantando, desde então, alterações necessárias estabelecidas pelas portarias e orientações publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Universidade ainda está trabalhando para atender a todos os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos nessas normas, principalmente relativos à mensuração de todos os ativos (imobilizado e intangível: reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização); apropriação de passivos por competência; sistemas de custos; reconhecimento de toda a receita e despesa pelo princípio de competência.

A partir de 2017 começamos a registrar no ativo permanente todos os créditos a receber proveniente de ações transitadas em julgado a favor da Universidade, assim como já registrávamos os precatórios no passivo permanente.

Em 2018 iniciamos os registros das depreciações dos bens incorporados a partir daquele ano. Nesse mesmo ano foi instituída, pela Universidade, uma comissão para trabalhar no atendimento à política de Bens Móveis e de Estoques do Estado de São Paulo, entretanto, até o momento, não foi realizado inventário físico, que permitisse também a reavaliação dos bens incorporados anteriormente ao exercício de 2018.

Em 2020 adotamos o reconhecimento da receita de aluguéis, por competência, o que, em 31/12/2020, gerou um aumento do ativo permanente referente a aluguéis a receber (créditos de curto prazo), além da apropriação inicial das férias e respectivos encargos por competência, o que gerou um aumento significativo do passivo permanente e conseqüente redução do patrimônio líquido da Universidade.

Os valores são expressos em Real, moeda oficial do país, e não contemplam arredondamentos.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário conforme art. 102 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 apresenta as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas e apura as diferenças entre elas.

No exercício de 2020, a Receita Orçamentária total foi orçada em R\$ 977.404.540,00 e a Despesa Orçamentária total foi fixada em R\$ 3.074.797.583,00, conforme Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo, Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020.

O equilíbrio entre Receitas e Despesas da Universidade ocorre quando considerado o repasse ordinário recebido do Tesouro do Estado, tendo em vista que o repasse vinculado à Saúde – FUNDES - ocorre como receita intraorçamentária, em atendimento a Lei Complementar 141/2012. Esclarecemos que o repasse recebido do Tesouro do Estado é originário de Receita Tributária - ICMS, orçada para a Administração Direta.

A Universidade fechou o exercício com o orçamento atualizado de R\$ 3.270.847.718,00. Um aumento de R\$ 196.050.135,00 (6,38%) em relação à previsão inicial. Os créditos adicionais foram suportados pelo excesso de arrecadação no exercício e pela disponibilidade financeira acumulada em exercícios anteriores, apurada em Balanço Patrimonial e denominada Superávit Financeiro, sendo que este último majorou em R\$ 100.913.128,00 o orçamento de 2020, entretanto, somente R\$ 85.931.246,70 foram efetivamente utilizados.

Apuramos, no exercício, um saldo de dotação (diferença entre despesas previstas atualizadas e despesas empenhadas) de R\$ 194.332.858,07. Desse total, R\$ 77.882.810,00 estavam indisponíveis para utilização, tendo em vista o contingenciamento realizado pelo Estado de São Paulo no Recurso do Tesouro, **uma vez** que a arrecadação do ICMS não atingiu os valores previstos no Orçamento de 2020.

Destacamos ainda, que além do não recebimento do valor previsto referente às remessas do Tesouro do Estado, por conta da Pandemia do Coronavírus – COVID 19 – também tivemos redução na capitação de outras receitas previstas, como a proveniente das aplicações financeiras, por exemplo, assim como, em contraponto, também tivemos a capitação de receitas não previstos no orçamento, como as doações recebidas para combate ao COVID 19.

A Universidade apresentou **Déficit Orçamentário** no exercício no valor de **R\$ 21.704.818,05** quando comparamos as receitas realizadas às despesas empenhadas. Esse valor representa 0,71% do total das despesas empenhadas.

De acordo com as novas práticas contábeis, as receitas e as despesas foram demonstradas por grupo de natureza e fonte de recurso.

Utilizamos as seguintes fontes de recursos para as receitas e despesas orçamentárias:

- ✓ 1 - Recurso Tesouro – Ordinário (recursos referentes ao repasse da cota parte do ICMS, não vinculado);
- ✓ 2 - Recursos Vinculados Estaduais (Contribuição Complementação Aposentadoria/Pensões);
- ✓ 4 - Recursos Próprios (receita realizada pela Universidade, convênios estaduais, municipais e com instituições privadas);
- ✓ 5 - Recursos Vinculados do Governo Federal (convênios federais);
- ✓ 42 - Superávit Financeiro de Recursos Vinculados Estaduais;
- ✓ 44 - Superávit Financeiro de Recursos Próprios;
- ✓ 45 - Superávit Financeiro de Recursos Vinculados do Governo Federal; e
- ✓ 81 - Recurso Tesouro - FUNDES (recursos referentes ao repasse da cota parte do ICMS, vinculados à Saúde).

Receita Intraorçamentária – Repasse do Tesouro do Estado vinculado à Saúde - FUNDES:

A partir de 2013, o repasse obrigatório do Tesouro do Estado destinado à cobertura da função Saúde passou a ser controlado pelo Fundo Estadual da Saúde (FUNDES), em atendimento à Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal de 1988, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Como consequência dessa nova dinâmica, a parte do repasse obrigatório vinculado à saúde, recebido do Tesouro do Estado, passou a ser repassado por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado, como Receita Intraorçamentária. Importante destacar que o restante do repasse do Tesouro não vinculado (ordinário) não é classificado como Receita Intraorçamentária.

Diante disso, o valor do Repasse Obrigatório do Tesouro foi separado nas demonstrações contábeis, de forma que a parcela vinculada à Saúde é classificada como Receita Intraorçamentária e a parcela ordinária é classificada apenas como Repasse.

A receita cujo repasse ocorre através do FUNDES é registrada pelo regime de Competência de forma a haver equilíbrio com as respectivas despesas orçamentárias, enquanto o repasse é registrado pelo regime de Caixa, motivo pelo qual a Receita Intraorçamentária apresenta valor diferente do Repasse.

A partir de 2019, essa receita intraorçamentária também foi alocada em fonte de recurso específica, 81.

Seguem tabelas para elucidar o registro dos repasses Tesouro.

Receita Intraorçamentária, Função Saúde:

Discriminação	Valor (R\$)
Receita Realizada em 2020 = Despesa Empenhada 2020 (a)	345.242.433,61
Compensação Financeira por Cancelamento de Restos a Pagar (b)	514.599,87
Repasse Recebido em 2020, referente exercício de 2020 (c) = (a-b)	344.727.833,74

Total de Repasse recebido do Tesouro do Estado em 2020:

Discriminação	Valor (R\$)
Repasse Tesouro Vinculado à Saúde - FUNDES	344.727.833,74
Repasse Tesouro Ordinário	2.074.437.651,26
Total repassado pelo Estado referente a 2,1958% da arrecadação do ICMS	2.419.165.485,00

O total das despesas empenhadas, porém não liquidadas, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados – R\$ 64.416.006,77 e as despesas liquidadas, mas não pagas, foram inscritas em Restos a Pagar Processados – R\$ 248.991.635,26.

Importante salientar que Restos a Pagar foram inscritos observando a capacidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.

Conforme Anexo 1 (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados), em 31/12/2020, a Universidade possuía um saldo de R\$ 10.825.160,59 de Restos a Pagar Não Processados, anteriores ao exercício de 2020.

Conforme Anexo 2 (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados), em 31/12/2020, a Universidade possuía um saldo de R\$ 118.249,46 de Restos a Pagar Liquidados/Processados, anteriores ao exercício de 2020.

Posição total de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) em 31/12/2020 = R\$ 324.351.052,08.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, previsto no art. 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, demonstra as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, sendo que as contas a pagar do exercício são computadas

em Recebimentos Extraorçamentários, para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária (empenhada).

Receita Orçamentária: demonstra as receitas realizadas por origem/destinação do recurso, sendo dividida em:

- ✓ Ordinária:
 - Receita Própria.
- ✓ Vinculada:
 - Alienação de Bens / Ativos;
 - Complementação de Aposentadoria / Pensão;
 - Convênios Federais;
 - COVID 19
 - Educação (Outros Serviços Educação); e
 - Saúde (Tesouro FUNDES, SUS/SP e Outros Serviços Saúde).

Transferências Financeiras Recebidas: os repasses obrigatórios por lei (cota parte do ICMS) não vinculado – ordinário. Importante salientar que não está incluída a parte do repasse vinculada à Saúde – FUNDES, que está classificada como Receita Orçamentária.

Recebimentos Extraorçamentários: composto pelas contas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que, por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa; ingresso de recursos que se constituem obrigações relativas às consignações, depósitos de terceiros (cauções), provisões, dentre outros.

Despesa Orçamentária: demonstra a execução das despesas (empenhadas) por origem/destinação do recurso, sendo dividida em:

- ✓ Ordinária:
 - Receita Própria;
 - Repasse Tesouro (exceto FUNDES).
- ✓ Vinculada:
 - Alienação de Bens / Ativos;
 - Complementação de Aposentadoria / Pensão;
 - Convênios Federais;
 - COVID 19
 - Educação (Outros Serviços Educação); e
 - Saúde (Tesouro FUNDES, SUS/SP e Outros Serviços Saúde).

Pagamentos Extraorçamentários: composto pelas contas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como: os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício corrente, os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários, como a devolução de depósitos de terceiros, retorno da receita diferida, provisões, consignações, dentre outros.

Saldo em Espécie: compreende o somatório dos saldos das contas dos subgrupos Caixa, Equivalentes de Caixa e Depósitos de Terceiros, que são efetivamente o saldo bancário da Universidade, inclusive em aplicações financeiras.

O **Resultado Financeiro** no exercício de 2020 apresenta **Déficit** no valor de **R\$ 5.544.464,26**, conforme quadro demonstrado a seguir (em R\$ 1):

Quadro de Composição do Resultado Financeiro

Discriminação	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Orçamentário	- 2.096.142.469,31	- 2.007.706.373,46
Resultado de Transferências Financeiras	2.074.437.651,26	1.924.516.450,94
Resultado Extraorçamentário	16.160.353,79	1.588.727,18
(=) Resultado Financeiro	- 5.544.464,26	- 81.601.195,34
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	531.096.130,89	612.697.326,23
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	525.551.666,63	531.096.130,89
(=) Resultado Financeiro	- 5.544.464,26	- 81.601.195,34

Demonstrativo da Evolução dos Saldos em Espécie

Exercício	Evolução do Saldo em Espécie	Variação
2020	525.551.666,63	- 1,04%
2019	531.096.130,89	- 13,32%
2018	612.697.326,23	- 16,87%
2017	737.079.098,08	- 19,85%
2016	919.621.087,67	- 17,44%
2015	1.113.846.686,46	-

Composição do Saldo Bancário:

Origem/Destinação de Recurso	31/12/2020	31/12/2019	Variação
Orçamentário Ordinário	354.834.340,92	335.297.160,68	5,83%
Orçamentário Vinculado	169.980.188,98	195.060.447,27	-12,86%
Alienação de Bens/Ativos	389.617,51	571.379,56	-31,81%
Compl. de Aposentadoria/Pensão	61.625,55	8.013,98	668,98%
Convênios Federais	33.383.734,03	49.788.863,60	-32,95%
COVID 19	8.670.844,69	-	-
Educação	38.612.342,01	37.932.325,95	1,79%
Saúde	88.862.025,19	106.759.864,18	-16,76%
Extraorçamentário	737.136,73	738.522,94	-0,19%
Total	525.551.666,63	531.096.130,89	-1,04%

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação que compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Composição do Balanço Patrimonial:

A partir de 2014, a estrutura do Balanço Patrimonial foi alterada de acordo com as novas normas de Contabilidade, entretanto, todas as contas contábeis do Ativo e do Passivo continuam vinculadas a um Indicador de Superávit, que pode ser P (Ativo/Passivo Permanente) ou F (Ativo/Passivo Financeiro). Essa informação é extremamente relevante para elaboração do Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, assim como, para apuração do Superávit/Déficit Financeiro, em conformidade com a lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Ativo – está dividido em “Ativo Circulante” e “Ativo Não Circulante”. As contas do ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade em espécie.

O Ativo Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:

- ✓ Caixa e Equivalentes de Caixa: representam os valores disponíveis em bancos, de qualquer fonte de recurso, uma vez que não possuímos dinheiro em espécie na Universidade;
- ✓ Créditos a Curto Prazo: contém os valores a receber pela permissão do uso do espaço físico da Universidade: aluguéis e/ou arrendamentos;
- ✓ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: registramos os valores de terceiros, extraorçamentários, como Cauções, que estão no banco, temporariamente, sob guarda da Universidade, além de valores a receber a curto prazo, derivados de ações judiciais, os quais esperamos receber até o final do exercício seguinte;
- ✓ Estoques: onde estão registrados os materiais próprios em Almoxarifado, contabilizados pelo preço médio ponderado das compras; e
- ✓ Despesas Antecipadas: que é composto por despesas bancárias descontadas diretamente pelos bancos, sem que houvesse tempo hábil para a liquidação dessa despesa, dentro do exercício financeiro.

O Ativo Não Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:

- ✓ Ativo Realizável a Longo Prazo: é composto pelo registro das demais ações julgadas, em fase de cumprimento de sentença, sob denominação “Outros Créditos a Receber a Longo Prazo” e ações ordinárias da CPFL Energia em “Títulos e Valores Mobiliários”, sendo que ambos os saldos foram atualizados em 31/12/2020;
- ✓ Investimentos: inclui, principalmente, os imóveis próprios que estão alugados a terceiros;
- ✓ Imobilizado: é composto pelos móveis e imóveis próprios, registrados pelo valor de aquisição ou construção; e
- ✓ Intangível: onde estão registrados, ao custo de aquisição, os softwares adquiridos pela Universidade a partir de 2015 e que continuam em utilização.

Observação: Os bens próprios incorporados a partir de janeiro/2018 sofrem depreciação pelo método da linha reta, também conhecido como cotas constantes, conforme Política de Bens Móveis aprovada pela Instrução 00002/CGE, de 07/02/2018, aplicando-se taxa de depreciação mensal apurada pela vida útil e deduzindo-se o valor residual.

O total do Ativo da Universidade em 31/12/2020 é R\$ 1.997.797.976,30.

A Universidade não possui registro de valores em Dívida Ativa no exercício de 2020.

Passivo – está dividido em “Passivo Circulante” e “Passivo Não Circulante”. As contas do passivo são dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Além disso, os passivos foram lançados ao valor presente, cujos saldos foram atualizados em 31/12/2020.

O Passivo Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:

- ✓ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo: composto pela folha de pagamento e respectivo encargos já liquidados, precatórios decorrentes de ações trabalhistas que vencerão em 2021 e o registro de férias e respectivos encargos por competência, independente da emissão de respectivo empenho e liquidação. Essa apropriação inicial (R\$ 271.824.705,66), que ocorreu em 2020, gerou um grande impacto negativo no Patrimônio Líquido da Universidade. Entretanto, como não se trata de passivo financeiro, não houve impacto no superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2020.

- ✓ Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: contém as despesas com fornecedores já liquidadas, além dos precatórios decorrentes de ações cíveis que vencerão em 2021.
- ✓ Demais Obrigações a Curto Prazo: inclui as consignações e retenções apuradas no momento da liquidação dos empenhos, mas que ainda não foram pagas, assim como nossa obrigação referente aos recursos de terceiros que estão sob responsabilidade da Universidade.

O Passivo Não Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:

- ✓ Precatórios e Contas a Pagar: é composto pelos precatórios decorrentes de ações trabalhistas que vencerão em 2022.

Importante destacar também que os valores referentes a “precatórios judiciais”, atendendo ao princípio contábil da competência, estão separados em contas contábeis de curto e longo prazo, de acordo com sua exigibilidade e por sua natureza: Ações Trabalhistas e Ações Cíveis, conforme tabela abaixo:

Precatórios	Conta Contábil	Balço Patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Apresentados após 1º de julho de 2019 até 1º de julho de 2020. Vencimento em 2021 Ações Trabalhistas	211110503	Passivo Circulante: Obrigações Trabalhistas; Precatórios – Ações Trabalhistas	R\$ 4.288.667,22
Apresentados após 1º de julho de 2019 até 1º de julho de 2020. Vencimento em 2021 Ações Cíveis	213110803	Passivo Circulante: Fornecedores e Contas a Pagar; Precatórios – Ações Cíveis	R\$ 2.422.537,49
Apresentados após 1º de julho de 2020 até o encerramento de 2020. Vencimento em 2022 Ações Trabalhistas	221110403	Passivo Não Circulante: Precatórios e Contas a Pagar	R\$ 1.047.350,75
Total de Precatórios			R\$ 7.758.555,46

Esclarecemos que a Universidade não possui precatórios vencidos. Os registros se referem a valores a vencer.

O total dos Passivos da Universidade em 31/12/2020 é R\$ 565.626.273,25.

Patrimônio Líquido – representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O “Patrimônio Social” corresponde ao “Saldo Patrimonial” apurado em 31/12/2013. Enquanto os “Resultados Acumulados” são formados pelos resultados obtidos a partir de 2014, quando houve inclusão do Grupo Patrimônio Líquido no Balço Patrimonial.

No exercício de 2020, os Resultados Acumulados somaram o valor de R\$ 58.795.435,18 negativo, sendo que o Resultado do Exercício de 2020, isoladamente, foi negativo em R\$ 66.035.170,27, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no artigo 105 na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

O “Saldo Patrimonial” apurado no exercício de 2020 (Ativo Financeiro + Ativo Permanente - Passivo Financeiro - Passivo Permanente) foi de R\$ 1.356.930.535,69, tendo em vista a inclusão dos Restos a Pagar Não Processados (R\$ 75.241.167,36) no Passivo Financeiro.

Observação: Com a adequação às Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a partir de 2014, os Restos a Pagar Não Processados não fazem parte do Passivo do Balço

Patrimonial, porém, eles continuam sendo uma obrigação inclusa no Passivo Financeiro, para efeitos de cálculo do Saldo Patrimonial e Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro das Contas de Compensação (controle): apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Universidade.

As “Contas de Compensação” compreendem os contratos vigentes, convênios, prêmios de seguros, materiais em consignação, cauções, comodato de bens e outros valores que possam vir a afetar o patrimônio da Universidade, sendo divididos em atos potenciais ativos e passivos.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

O **Superávit Financeiro** apurado entre a diferença do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro representou o valor total de **R\$ 164.267.517,92**, no exercício de 2020, um aumento de 10,62% quando comparado a 2019. Ele foi dividido conforme a origem/destinação do recurso.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, art. 104, essa demonstração evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício, que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período e demonstrado no Balanço Patrimonial.

Essas alterações, denominadas Variações Patrimoniais, podem ser classificadas em: quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Apresentamos apenas as Variações Patrimoniais Quantitativas.

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 3.161.918.279,81, enquanto as Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 3.227.953.450,08, sendo o **Resultado Patrimonial** apurado no exercício de 2020 foi **deficitário em R\$ 66.035.170,27**. O resultado negativo foi consequência da dotação inicial da apropriação de férias e encargos por competência.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é utilizada para caracterizar a movimentação de dinheiro nas contas bancárias do Poder Público, em termos de entradas (Ingressos) e saídas (Desembolsos). Sendo que as receitas foram classificadas por sua natureza/origem e os desembolsos por natureza/destinação e função: saúde e educação.

Essa demonstração foi elaborada através do método direto (procedimento contábil que evidencia as movimentações de itens de caixa e seus equivalentes, a partir das principais classes de recebimentos e pagamentos brutos), de acordo com a NBC TSP 11 e 12 (Norma Brasileira de Contabilidade – Setor Público) e desconsidera os valores extraorçamentários financeiros de terceiros em poder da Universidade, como as cauções.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (receitas e despesas correntes) foi positivo em R\$ 22.926.101,95 e o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (receitas e despesas de capital) foi negativo em R\$ 28.469.180,00.

A Universidade não possui Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento, tendo em vista que não obteve empréstimos, financiamentos ou outras operações de crédito.

Diante disso, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, no exercício de 2020, apurou a que a **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa Total** foi **negativa em R\$ 5.543.078,05**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CNPJ: 46.068.425/0001-33

OUTRAS INFORMAÇÕES

A contabilidade da Universidade não passou por análise de empresa de auditoria independente.

Os registros contábeis estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante os prazos prescricionais, conforme a legislação específica aplicável.

Campinas, 19 de março de 2021.

MICHELE GRAZIELA GASPARELLI
Contadora
CRC SP-245627/0-3

OSMAR FAGUNDES DE ALMEIDA
Coordenador da Divisão Financeira e Contábil

ANDREI VINICIUS GOMES NARCIZO
Diretor Geral de Administração

CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
Diretora Executiva de Administração

MARCELO KNOBEL
Reitor